



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

LEI Nº 5.436/2025

Institui no Município de Várzea Grande a Educação Permanente nos postos de saúde que tem por objetivo promover a conscientização da população

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica instituída a Educação Permanente em Saúde nos Postos de Saúde do Município de Várzea Grande, com o objetivo de promover a conscientização e a prevenção de doenças por meio de atividades educativas regulares.

Art. 2º O programa será realizado nas unidades básicas de saúde municipais e compreenderão a realização de sessões educativas trimestrais sobre os seguintes temas:

- I - prevenção e combate à dengue e outras doenças transmitidas por arboviroses;
- II - educação sexual e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis;
- III - cuidados com doenças crônicas, como diabetes e hipertensão;
- IV - promoção de hábitos saudáveis e prevenção de doenças cardiovasculares;
- V - outras temáticas relacionadas à promoção da saúde, conforme necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º As sessões educativas serão conduzidas por profissionais de saúde capacitados, podendo contar com a participação de especialistas convidados, organizações não governamentais e entidades da sociedade civil.

Art. 4º O programa deverá ser amplamente divulgado nos meios de comunicação municipais, incluindo redes sociais, murais dos postos de saúde e campanhas publicitárias institucionais.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

Art. 5º A Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela elaboração do cronograma de atividades, seleção de profissionais e avaliação dos resultados do programa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no ano vigente seguinte de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 16 de setembro de 2025.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 16 de setembro de 2025.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO

Prefeita Municipal

LEI Nº 5.438/2025

Institui o Parlamento Jovem no âmbito da Câmara Municipal de Várzea Grande e dá outras providências

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, o Parlamento Jovem Municipal, com o objetivo de promover a participação dos estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada nas atividades legislativas, contribuindo para a formação política, ética e cidadã da juventude.

Art. 2º O Parlamento Jovem tem como objetivos:

I – aproximar os jovens do Poder Legislativo Municipal, estimulando o conhecimento sobre o papel da Câmara de Vereadores e o funcionamento do processo legislativo;

II – incentivar a cidadania, o protagonismo juvenil e o compromisso com a democracia;

III – proporcionar aos estudantes a vivência de atividades legislativas por meio de simulações, oficinas e sessões parlamentares orientadas;

IV – contribuir para a formação de lideranças estudantis e comunitárias.

Art. 3º O Parlamento Jovem será constituído por estudantes regularmente matriculados nas escolas públicas e privadas do município, na faixa etária de 12 a 18 anos, indicados pelas respectivas instituições de ensino, conforme regulamento.

Art. 4º Cada escola participante poderá indicar 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente, que atuarão como vereadores jovens, com direito a voz e participação nas sessões simuladas.

Art. 5º A Câmara Municipal organizará, anualmente, sessões especiais do Parlamento Jovem, com calendário, metodologia e apoio técnico-pedagógico definidos por comissão própria, composta por servidores da Casa e representantes da sociedade civil.

Art. 6º A Câmara Municipal de Vereadores poderá:

I – realizar audiências públicas, oficinas, palestras, visitas guiadas e formações voltadas aos parlamentares jovens;

II – firmar parcerias com escolas, universidades, conselhos de juventude, órgãos públicos e organizações da sociedade civil para o desenvolvimento do programa;

III – publicar e divulgar os trabalhos realizados pelos jovens parlamentares.

Art. 7º O Poder Executivo poderá apoiar a implementação do Parlamento Jovem por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e outros órgãos correlatos, inclusive com transporte escolar e materiais pedagógicos.

Art. 8º O Poder Legislativo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, especialmente no que se refere:

I – ao processo de inscrição e seleção dos estudantes;

II – à estrutura das sessões simuladas e ao cronograma de atividades;

III – aos critérios de acompanhamento pedagógico.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal, suplementada se necessário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 16 de setembro de 2025.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO

Prefeita Municipal

LEI Nº 5.437/2025

Institui o Programa Municipal de Prevenção e Tratamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) nas escolas do município de Várzea Grande -MT e dá outras providências

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Prevenção e Tratamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) nas escolas municipais da cidade de Várzea Grande - MT, com o objetivo de identificar, prevenir e tratar doenças crônicas não transmissíveis em crianças e adolescentes.

Art. 2º Objetivos do Programa:

I - promover a educação sobre saúde e bem-estar entre crianças e adolescentes, com foco na prevenção de DCNT;

II - identificar precocemente casos de doenças crônicas não transmissíveis entre estudantes;

III - proporcionar tratamento adequado e acompanhamento contínuo para estudantes diagnosticados com DCNT;

IV - promover hábitos de vida saudáveis nas escolas, incluindo alimentação balanceada e atividade física regular.

Art. 3º Para os fins desta Lei, entende-se por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT): doenças de longa duração e progressão geralmente lenta, incluindo, mas não se limitando a diabetes, hipertensão, obesidade, doenças respiratórias crônicas e doenças cardiovasculares.

Art. 4º Implementação do Programa:

I - o Programa será implementado em todas as escolas públicas municipais em parceria com a Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, Assistência Social e Saúde;

II - as escolas deverão realizar campanhas regulares de conscientização sobre DCNT e promover atividades que incentivem hábitos saudáveis.

Art. 5º Educação e Conscientização:

I - serão desenvolvidos materiais educativos e campanhas de conscientização sobre DCNT para alunos, pais e professores;

II - as escolas deverão incluir no currículo escolar conteúdos relacionados à prevenção de DCNT e promoção da saúde.

Art. 6º Triagem e Diagnóstico Precoce:

I - as escolas deverão realizar, anualmente, triagens de saúde para identificar possíveis casos de DCNT entre os alunos;

II - estudantes identificados com risco de DCNT serão encaminhados para avaliação e tratamento por profissionais de saúde.

Art. 7º Tratamento e Acompanhamento:

I - o tratamento e acompanhamento dos estudantes diagnosticados com DCNT serão realizados por profissionais de saúde da rede, em parceria com as unidades de saúde municipal, estadual e federal;

II - será assegurado o acompanhamento contínuo e personalizado dos estudantes, com suporte psicológico e nutricional, quando necessário.

Art. 8º Alimentação e Atividade Física:

I - as escolas deverão promover uma alimentação saudável, com cardápios balanceados e nutricionalmente adequados;

II - serão incentivadas atividades físicas regulares e a inclusão de programas de exercícios na rotina escolar.

Art. 9º Capacitação dos Profissionais:

I - professores, diretores e outros profissionais da educação receberão capacitação contínua sobre a prevenção e manejo de DCNT;

II - profissionais de saúde envolvidos no Programa também receberão treinamento específico para lidar com crianças e adolescentes.

Art. 10. Monitoramento e Avaliação:

I - a Secretaria de Saúde será responsável pelo monitoramento e avaliação contínua do Programa;

II - serão realizadas pesquisas e estudos periódicos para avaliar a eficácia das intervenções e promover melhorias contínuas.

Art. 11. Financiamento:

I - o financiamento do Programa será assegurado por dotações orçamentárias específicas já existentes nas leis orçamentárias;

II - serão buscadas parcerias com o setor privado e doações de entidades filantrópicas para apoiar o desenvolvimento e a expansão do Programa.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários à execução desta lei no prazo de 180 dias a partir de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande-MT, 16 de setembro de 2025.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO

Prefeita Municipal

LEI Nº 5.436/2025

Institui no Município de Várzea Grande a Educação Permanente nos postos de saúde que tem por objetivo promover a conscientização da população

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO, Prefeita de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica instituída a Educação Permanente em Saúde nos Postos de Saúde do Município de Várzea Grande, com o objetivo de promover a conscientização e a prevenção de doenças por meio de atividades educativas regulares.

Art. 2º O programa será realizado nas unidades básicas de saúde municipais e compreenderá a realização de sessões educativas trimestrais sobre os seguintes temas:

I - prevenção e combate à dengue e outras doenças transmitidas por arbovírus;

II - educação sexual e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis;



III - cuidados com doenças crônicas, como diabetes e hipertensão;
IV - promoção de hábitos saudáveis e prevenção de doenças cardiovasculares;
V - outras temáticas relacionadas à promoção da saúde, conforme necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º As sessões educativas serão conduzidas por profissionais de saúde capacitados, podendo contar com a participação de especialistas convidados, organizações não governamentais e entidades da sociedade civil.

Art. 4º O programa deverá ser amplamente divulgado nos meios de comunicação municipais, incluindo redes sociais, murais dos postos de saúde e campanhas publicitárias institucionais.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela elaboração do cronograma de atividades, seleção de profissionais e avaliação dos resultados do programa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no ano vigente seguinte de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 16 de setembro de 2025.

FLÁVIA PETERSEN MORETTI DE ARAÚJO

Prefeita Municipal

Portaria de Pessoal

PORTARIA Nº 1060/2025

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Municipal de Várzea Grande - MT, **IGOR DA CUNHA GOMES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e conforme o Processo nº 1083613/2025,

RESOLVE:

Conceder ao servidor **JUSCELINO DIAS DE MOURA**, Matrícula 24957, no cargo de Professor, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Afastamento com ônus para Desempenho de Mandato Classista, de acordo com a Lei nº 1.164/91, Art. 107, a vigorar no período compreendido entre **29/06/2025 a 29/06/2028**.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 08 de outubro de 2025.

Igor da Cunha Gomes da Silva

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Secretarias

Procuradoria Geral do Município

Superintendência de Contratos e Convênios

Extrato de Contrato

EXTRATO CONTRATO N. 126/2025

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10, e do outro lado, a Empresa **TECNER DATACENTER INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.686.430/0001-01. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: decorrente da Ata de Registro de Preços n. 035/2024, oriunda do Pregão Eletrônico – SRP 013/2024/PMC, da Prefeitura Municipal de Cuiabá – MT, a qual deu origem a Adesão n. 27/2025 da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária de Várzea Grande – MT, nos termos da Lei n. 14.133/21, Decreto Municipal nº 81 de 29 de dezembro de 2023, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber as Lei n. 8.078/90 e n. 13.655/2018, e demais legislações complementares, pelos Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado e, especialmente, pelas cláusulas e condições a seguir enumeradas. OBJETO: O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa na prestação de serviços de soluções para contingenciamento, ambiente virtual e espaço para backup, para os dados da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, incluindo serviços de instalação, configuração, manutenção e suporte, conforme as especificações constantes no Termo de Referência, cuja especificações constam no Anexo I do edital Ata de Registro de Preços nº 035/2024, oriunda do Pregão Eletrônico – SRP 013/2024/PMC, da Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT, acostados no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1083585/2025. VALOR: Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de R\$ 1.213.599,96 (Um milhão, duzentos e treze mil e quinhentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus. UO: SECRETARIA DE GESTÃO FONTE: 01500. VIGÊNCIA: O Contrato a ser firmado entre o Município e a Contratada será de 06 (seis) meses a partir da sua assinatura, podendo ser renovado nos termos

do Artigo 107, da Lei 14.133/21, pois são serviços contínuos. FISCAL DE CONTRATO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos seguintes servidores, conforme a Portaria de designação: Fiscal: **WILLIAN ALVES PINHEIRO**, inscrito (a) na matrícula n. 955583; Fiscal Suplente: **RICARDO DIAS DE LIMA**, inscrito na matrícula n. 101181.

DATA DE ASSINATURA: 08.10.2025.

MARCOS JOSÉ DA SILVA

SECRETARIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA

CONTRATANTE

TECNER DATACENTER INFORMÁTICA LTDA

CONTRATADA

Termo de Cooperação

EXTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO N. 001/2025

PARTES INTERESSADAS: INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL SEÇÃO MATO GROSSO - IEPTB-MT, doravante denominado simplesmente COOPERANTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.864.384/0001-44, neste ato representado pelo seu presidente **WELLINGTON RIBEIRO CAMPOS**, devidamente inscrito no CPF sob nº XXX.183.738-XX e MUNICÍPIO VÁRZEA GRANDE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 03.507.548/0001-10, neste ato representado pelo Sra. Prefeita **FLÁVIA PETERSEN MORETTI**, devidamente inscrito no CPF nº XXX.782.471-XX. FUNDAMENTAÇÃO: Aplica-se ao presente termo de cooperação o provimento nº 08/2018 da CGJ-MT cominado com o art. 556, §1º, da CNGCE- MT, o qual dispõem que, no protesto de títulos e outros documentos de dívidas, com vencimento posterior a 13 de março de 2018, o pagamento dos valores previstos na tabela de emolumentos somente será devido quando da quitação do débito ou, quando protestado o título, no ato do pedido de cancelamento do respectivo registro. OBJETO: Este termo de cooperação tem como objeto dispor sobre a utilização da plataforma de tecnologia da Central de Remessa de Arquivos, doravante denominada simplesmente CRA-MT, disponibilizada pelo IEPTB-MT, para recepcionar as Certidões de Dívida Ativa (CDA's) e distribuí-las eletronicamente para os respectivos cartórios de protesto, tudo delineado pela Lei Federal n. 9.492/97, pelo art. 198, §3º, II, da Lei Federal 5.172/66 (CTN), pela legislação municipal aplicável e pelas normas da CNGCE-MT. VIGÊNCIA: O presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, automaticamente renovável por igual período. Caso, uma das partes pretenda rescindi-lo, deverá notificar a outra com 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo que o uso dessa faculdade não dará ensejo a qualquer pedido de indenização seja a que título for.

DATA DE ASSINATURA: 22.09.2025

INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTO DE TÍTULOS DO BRASIL –

SEÇÃO MATO GROSSO – IEPTB/MT

Presidente – Wellington Ribeiro Campos

MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE

Prefeita – Flávia Petersen Moretti

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Portaria

PORTARIA Nº 288/2025/GAB/SMECEL/VG/MT

A Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que constam nas Leis Complementares nº 3797/2012, 4.007/2014, 4093/2015 e 4163/2016, 4189/2017, 4293/2017, 4335/2018, 4430/2019 e 4660/2020 que “dispõe sobre a Carreira dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e dá providências”,

RESOLVE:

Enquadrar os servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que possui carreira regida pelas Leis Complementares supracitadas, com cargo, classe e nível na carreira conforme descrito abaixo:

PROFESSORES - NÍVEL SUPERIOR

| Nº | NOMES | CLASSE E NÍVEL ENQUADRADO |
|----|--|---------------------------|
| 01 | ELIZANA GONÇALVES RODRIGUES DE CARVALHO (MAT 135639) | B-03 |
| 02 | ERICA CHARLOTA PEREIRA DE ALMEIDA HELLEBRANDT (MAT 146392) | B-02 |
| 03 | FLAVIA LUCIA FIGUEIREDO FRAZÃO (MAT 84164) | B-06 |
| 04 | LEIVA COLETA SANTIAGO (MAT 27044) | C-08 |
| 05 | LUIZA MARIA APARECIDA QUEIROZ (MAT 135680) | B-03 |